

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

HISTÓRIA

IRMANDADES, TESTAMENTOS E REDES DE SOCIABILIDADE NO RIO DE JANEIRO COLONIAL (SÉCULO XVIII) E FORROS: HIERARQUIAS E POSSIBILIDADES SOCIAIS

Bárbara Gonçalves Chaves (bolsista PIBIC/CNPq); ¹ Anderson José Machado de Oliveira (orientador).

1-Departamento de História, Escola de História, UNIRIO.

Apoio Financeiro: CNPq.

Palavras-chave: forros; hierarquias; irmandades.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa intitulado “Devoção, poder, hierarquias sociais no Império Colonial Português: religiosidade e espaço urbano (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)”, dando enfoque às hierarquias sociais, suas possibilidades de mudança e permanência no que diz respeito, principalmente, aos egressos do cativo ou forros. Neste contexto o estudo das irmandades religiosas do período, compõe um local privilegiado para tal fim, pois as irmandades constituíam um importante retrato da sociedade da época. As irmandades religiosas eram locais de formação de redes relacionais e, dessa forma, espaços de reprodução, mas também, de produção das hierarquias. A perspectiva historiográfica desta pesquisa coincide com as novas abordagens que vêm sendo feitas a respeito dos forros, a exemplo dos trabalhos de Márcio de Souza Soares e Sheila de Castro Faria. Este trabalho busca demonstrar que a trajetória social de egressos do cativo não estava pré-determinada por um sistema estático, mas sim era construída através de estratégias sociais adotadas pelos forros dentro de uma sociedade com características de Antigo Regime. Dentre essas estratégias sociais se podem citar a tessitura de redes relacionais por meio, por exemplo, de irmandades e famílias.

OBJETIVO

Este trabalho visa, através de novos estudos a respeito dos forros e o estudo serial de testamentos, analisar as possibilidades de inserção dos egressos do cativo na sociedade da época, demarcando a participação destes nas irmandades religiosas do Rio de Janeiro setecentista.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foram empregados métodos de análise quantitativa e qualitativa de testamentos em livros de óbito, bem como sua respectiva transcrição paleográfica, em paralelo ao estudo de bibliografia específica.

RESULTADOS

Deve-se ressaltar que os resultados desta pesquisa são parciais devido essa ainda estar em andamento. Pode-se constatar que mesmo em uma sociedade corporativa e escravista, a mobilidade social era um horizonte possível, embora não desejado pelo discurso ideológico predominante, esta possibilidade era acessível inclusive para egressos do cativo. Todavia, o caráter corporativo da sociedade tornava necessário ao indivíduo estar inserido em grupos para ter o movimento. Neste sentido, agrupamentos coletivos como irmandades religiosas exerciam um importante papel na determinação social de um indivíduo, pois poderia ao mesmo tempo ofertar oportunidades sociais bem como delimitar e reproduzir hierarquias. Deve-se ressaltar que as irmandades religiosas não se tratavam de locais onde as hierarquias seriam transpostas, mas pelo contrário, as irmandades ajudaram a moldar a sociedade da época, reproduzindo e produzindo hierarquias. A sociedade colonial era tributária da sociedade portuguesa do Antigo Regime, sendo assim, carregava características deste sistema social, porém apresentando uma especificidade crucial, pois se tratava também de uma sociedade escravista. Desta forma, a escravidão era uma instituição central na América Portuguesa, dessa maneira, era também o principal referencial social para os indivíduos. Fazendo uma analogia entre a sociedade colonial e uma circunferência, a escravidão estaria no centro dessa, e quanto mais distante o indivíduo estivesse deste centro, melhor posicionado socialmente estaria. Assim, não é de estranhar que egressos do cativo logo que obtinham sua alforria procurassem se afastar da mácula da escravidão. Logo, se chegou à conclusão de que era possível a forros obterem ganhos materiais e sociais após a alforria. A melhora da condição social dos forros poderia vir, sobretudo, através de três estratégias principais, ou seja, através de herança, de trabalho e da família. Primeiramente, muitos forros já deixavam o cativo com algum pecúlio, a escravidão não era necessariamente um empecilho para juntar bens, inclusive escravos. Além disso, senhores muitas vezes deixavam bens para escravos ou para forros em testamentos. A constituição de famílias era outra importante estratégia social para os forros, a família funcionava como uma base de apoio para seus membros, como um núcleo de cooperação, como suporte de sobrevivência e mobilidade e como polo articulador de alianças sociais. E, o próprio trabalho era um meio de melhoria social e material. O comércio, sobretudo, foi um local de possibilidades sociais para forros obterem ganhos materiais, exemplificado pelo caso emblemático das sinhás pretas estudadas por Sheila de Castro Faria. Ao obterem bens, os forros procuravam afastar-se da mancha da escravidão, e em uma sociedade escravista o primeiro requisito para ter qualidade era possuir escravos. Com isso, chega-se ao ponto de que a mobilidade social ascendente não era apenas individual, mas geracional. O tempo e o passar das gerações propiciavam a oportunidade de deixar cada vez mais para trás a desonra da escravidão. As irmandades podiam exercer grande papel na constituição das redes de sociabilidade os indivíduos, inclusive de forros, sendo um espaço privilegiado para contatos diversos, tanto profissionais como pessoais, podendo ajudar a seus membros, sobretudo, no movimento social horizontal, pois as próprias irmandades eram segmentadas e hierarquizadas. Porém mesmo em se tratando de uma mobilidade horizontal, em uma sociedade corporativa, por vezes,



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

essa era até mais importante e desejada do que a vertical. Fazer parte de uma irmandade significava fazer parte de uma coletividade que intermediava as relações sociais dos seus membros.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que os forros não estavam fadados a uma vida de miséria e marginalidade social, existiam a seu alcance estratégias sociais que poderiam ser usadas por esses como meio para melhorarem de vida e se movimentarem na hierarquia social da época. Dessa forma, muitos forros lograram sucessos materiais e sociais depois do cativo através de seu trabalho, de heranças e de suas famílias. Deve-se ter em mente que a mobilidade em uma sociedade corporativa não significava romper determinadas hierarquias, pois além de haver poucas possibilidades para tal, isso não era desejável já que rompia o ordenamento da sociedade. Assim, ter sucesso no movimento social dizia muito mais respeito em ter sucesso entre seus iguais.

REFERÊNCIAS

- BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850). Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense para o concurso de professor titular em História do Brasil. Niterói, 2004.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2008.
- SOARES, Márcio de Souza. A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750- c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.